A lista de classificação final é notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do decreto-lei atrás mencionado através de:

- a) Envio de ofício registado, com cópia da lista, quando o número de candidatos admitidos for inferior a 100;
- b) Publicação de aviso no *Diário da República*, informando os interessados da afixação da lista no serviço, quando o número de candidatos admitidos for igual ou superior a 100;
- c) Afixação da lista no serviço.

18 — Composição do júri:

Presidente — Luís Miguel Ferro Pereira, vice-presidente da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Chefe da Divisão de Obras Habitação e Urbanismo, José Manuel Lopes Pires, arquitecto paisagista e engenheiro Luís Filipe Brazão de Nóbrega, técnico superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

Professor Fernando Carmona Ferreira Pires, vereador.

Engenheiro Manuel Ricardo Grilo Barata, técnico superior de 2.ª classe.

19 — Regime de estágio:

19.1 — O estágio tem a duração de um ano, tem carácter probatório e as regras são as previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

19.2 — Caso não venha a ser decidida qualquer alteração na sua constituição, o júri do estágio será o do concurso.

19.3 — A avaliação de estágio resultará da ponderação de três elementos, a saber — a classificação de serviço obtida durante aquele período, a avaliação obtida nos cursos de formação que eventualmente venham a ter lugar e nos quais seja feita avaliação dos formandos, e na classificação atribuída ao relatório/trabalho de estágio.

19.4 — A classificação final de estágio traduzir-se-á numa nota de 0 a 20 valores, e será obtida da ponderação dos três critérios referidos no n.º 19.3, os quais têm igual peso. Na eventualidade de não serem frequentados cursos de formação nos quais se faça a avaliação dos formandos, a classificação final resultará apenas da média aritmética da classificação de serviço obtida no período de estágio e da classificação atribuída ao relatório de estágio.

19.4.1 — Na eventualidade de não serem frequentados cursos de formação nos quais se faça a avaliação dos formandos, a classificação final resultará apenas da média aritmética da classificação de serviço obtida no período de estágio e da classificação atribuída ao relatório de estágio.

19.5 — O estagiário será provido em lugar da categoria de técnico superior de 2.ª classe desde que obtenha nota final de estágio não inferior a 14 valores.

22 de Junho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria do Carmo Sequeira*.
1000302943

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

Aviso

António da Cunha Lemos, vereador da Câmara Municipal de Viseu, dá público conhecimento, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, que, 8 dias após a presente publicação no *Diário da República*, e pelo período de 15 dias, se inicia o período de discussão pública da proposta de alteração ao loteamento com alvará n.º 25/99, em nome de BEIRURBE — Empreendimentos Imobiliários e Construções, L.ª, que incide sobre os lotes n.ºs 9 a 15 e do lote 33 ao lote 40, sitos à Quinta do Perseguido, freguesia de Orgens, Viseu.

A alteração consubstancia-se num novo estudo de fachadas para os edifícios a erigir.

A proposta de alteração ao loteamento e correspondente informação técnica elaborada pelos serviços municipais, encontram-se disponíveis durante o horário de funcionamento na Secção de Urbanização da Câmara Municipal de Viseu, onde poderão ser consultados para eventuais observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento.

As observações e sugestões dos interessados deverão ser devidamente fundamentadas e apresentadas, por escrito, mediante identificação dos

autores e entregues durante o período de discussão pública na citada Secção de Urbanização, sita aos Paços do Concelho.

16 de Junho de 2006. — O Vereador, *António da Cunha Lemos*.
3000209648

JUNTA DE FREGUESIA DE BARRANCOS

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para efeitos e nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Barrancos de 24 de Abril de 2006, foi renovado, pelo período de um ano, a partir de 1 de Maio de 2006, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado com o trabalhador António Bartolo Torrado, com a categoria de auxiliar de serviços gerais.

3 de Maio de 2006. — O Presidente da Junta, *André Elyra Carvalho*.
1000302937

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para efeitos e nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Barrancos de 27 de Março de 2006, foi renovado, pelo período de um ano, a partir de 1 de Abril de 2006, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado com o trabalhador António Francisco Alves Agudo, com a categoria de auxiliar de serviços gerais.

3 de Maio de 2006. — O Presidente da Junta, *André Elyra Carvalho*.
1000302938

JUNTA DE FREGUESIA DE CORROIOS

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de serralheiro civil do grupo de pessoal operário

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Julho, torna-se público que, por deliberação desta Junta de Freguesia de 9 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de serralheiro civil — referência A/06, do grupo de pessoal operário, do quadro de pessoal desta autarquia.

2 — O concurso é válido para a vaga referida pelo prazo de um ano a contar da data da publicação da respectiva lista de classificação no *Diário da República*.

3 — O vencimento corresponde ao índice 142, escalão 1, do Sistema Retributivo da Função Pública (457,13 euros). As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

4 — O local de trabalho é no Sector Oficial desta Junta de Freguesia.

5 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 1/90, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 27 de Janeiro.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — São requisitos gerais de admissão os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;